

## COGNITIVISMO E ESTUDOS DA LINGUAGEM: NOVAS PERSPECTIVAS

Marcos Antonio Costa  
Departamento de Letras – UFRN  
Paulo Henrique Duque  
Departamento de Letras – UFRN

### Resumo

Neste texto, pretendemos apresentar um histórico da investigação acerca da interface cognição, linguagem e cultura e caracterizar a atividade de linguagem de acordo com modelos e propostas teóricas diferenciadas que têm como base modelos cognitivos e socioculturais. Para isso, o texto foi organizado em duas seções, a saber: na primeira, apresentamos um pequeno histórico das investigações e premissas que, no século XX, subsidiaram a perspectiva em tela e, na segunda, tratamos mais especificamente da caracterização preliminar do que seria um modelo ancorado na integração entre linguagem, cultura e cognição.

### Introdução

A rigor, para que usamos a linguagem? Dependendo da resposta que possamos oferecer a tão antiga questão, estaremos também nos posicionando com relação a outras tantas perguntas que, igualmente, há muito inquietam filósofos, gramáticos, linguistas e tantos outros pesquisadores (de diferentes áreas, dentro e fora do âmbito das ciências humanas) e que dizem respeito à relação entre linguagem, cognição e entorno sociocultural.

Dentre as alternativas de resposta, encontramos, por um lado, as que advogam ser a linguagem um instrumento de representação de propriedades mentais e que, portanto, investigá-la seria, essencialmente, estudar determinadas características da cognição humana, radicadas em última instância na organização biológica da espécie. Em diferentes versões, essa perspectiva, que podemos chamar de “internalista”, pode ser compreendida, direta ou indiretamente, como herdeira do pensamento aristotélico e faz-se presente, por exemplo, na Gramática Especulativa dos escolásticos do período medieval, na tradição da Gramática de Port-Royal durante o século XVII e, no século XX, no modelo de gramática proposto por Noam Chomsky: a Gramática Gerativa. Por outro lado, assumindo, implícita ou explicitamente, um posicionamento contrário à tese internalista, identificamos várias correntes de pensamento que defendem ser a linguagem um tipo específico de estrutura capaz de representar, assim como a pintura, as estruturas que compõem a realidade mundana. Essa perspectiva, herdeira, em diferentes matizes, das formulações platônicas acerca do dualismo do real e de nítida tendência “externalista”, pode ser identificada, por exemplo, na filosofia analítica desenvolvida a partir do final do século XIX com os trabalhos de Gottlob Frege, Bertrand Russell e, mais pontualmente, no *Tractatus Logico-philosophicus*, de 1921, primeiro livro de Ludwig Wittgenstein.

No âmbito da teoria da comunicação, desenvolvida ao longo do século XX, ganha força a tese de que a linguagem seria, prioritariamente, um sistema de signos que permite a comunicação entre os homens.

Neste artigo, pretendemos evidenciar alguns pressupostos que nos sugerem estar a linguagem relacionada a processos criadores a partir dos quais organizamos e damos forma às nossas experiências e que, portanto, “antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento” (FRANCHI, 1992:25). Tais pressuposições nos levam a defender que, apesar de, numa análise superficial, termos a impressão de estabilidade, a linguagem é um sistema bastante flexível e se adapta a demandas socioculturais, por meio de processos cognitivos. De maneira geral, essa hipótese, sustentada pela abordagem cognitivista contemporânea, identifica nos processos de categorização, que nos permitem organizar cognitivamente e discursivamente o mundo à nossa volta, a função primária da linguagem. Devido à importância atribuída a tais processos, a perspectiva cognitiva aqui apresentada caracteriza-se por considerar os mecanismos de construção de sentido fenômenos linguísticos de base. E,

(...) Se a linguagem serve para categorizar o mundo, então o significado linguístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não se pode postular a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas (SILVA, 2004:3).

Como consequência dessa maneira de se conceber os processos de categorização, é possível afirmarmos que a linguagem, antes de refletir objetivamente a realidade, impõe ao mundo uma organização, interpretando-o e construindo-o. Nesse enfoque, a linguagem seria uma ferramenta por meio da qual o homem arquiteta e percebe o seu entorno biopsicossocial. Cumpre investigar, portanto, de que modo e em que medida a linguagem contribui para a construção da realidade. Um empreendimento de caracterização da linguagem, nesses termos, exige obviamente uma difícil missão: a elaboração de um aparato teórico-metodológico que favoreça a descrição e a análise dos fenômenos linguísticos considerando variáveis situacionais, biológicas, psicológicas, históricas e socioculturais.

Com a intenção de darmos alguns passos nessa direção, pretendemos aqui: a) apresentar um histórico da investigação acerca da interface cognição, linguagem e cultura e b) caracterizar a atividade de linguagem de acordo com modelos e propostas teóricas diferenciadas que tenham por base modelos cognitivos e socioculturais. Nesse sentido, organizamos o texto em duas seções: na primeira seção, apresentamos um pequeno histórico das investigações e premissas que, no século XX, subsidiaram a perspectiva em tela e, na segunda seção, tratamos mais especificamente da caracterização preliminar do que seria um modelo ancorado na integração entre linguagem, cultura e cognição.

## **1 - Linguagem, cognição e cultura: a revolução cognitivista**

Em meados do século XX, a comparação entre máquina e mente humana tornou-se tão comum que em pouco tempo psicólogos e neurocientistas passaram a afirmar que o cérebro era um computador,

(...) Isto porque as atividades do computador em si pareciam em alguns aspectos semelhantes aos processos cognitivos. Os computadores recebem informação, manipulam símbolos, armazenam itens na “memória” e buscam-nos novamente, classificam inputs, reconhecem padrões e assim por diante... Na verdade, os pressupostos que servem de base a maior parte dos trabalhos contemporâneos sobre processamento de informação são surpreendentemente parecidos com os da psicologia introspeccionista do século XIX, embora sem a introspecção propriamente dita (NEISSER, 1976:5-7).

Em 1956, realizou-se em Dartmouth, nos Estados Unidos, um congresso de seis semanas que reuniu os maiores especialistas em Ciências da Computação da época, com o objetivo de compreender os processos mentais com base num modelo computacional. No evento, Noam Chomsky, professor de Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, demonstrou que a linguagem humana possuía propriedades formais que poderiam ser tomadas como verdadeiros programas cognitivos. O encontro passou a ser considerado o momento oficial da revolução cognitiva.

O modelo cognitivista proposto por Noam Chomsky, desenvolvido pela teoria gerativa transformacional, embora se posicionando contrariamente ao pensamento behaviorista, que serviu de inspiração ao estruturalismo norte-americano, reafirma a dicotomia entre determinismos internos e externos ao efetuar a distinção entre *competência* (o conhecimento da língua por parte do falante-ouvinte) e *desempenho* (o uso da língua em situações concretas). Ao asseverar a “pobreza dos estímulos” frente à enorme capacidade de conhecimento que somos capazes de demonstrar, Chomsky opta por uma teoria linguística internalista interessada em descobrir uma realidade mental subjacente ao uso da língua. O desempenho do falante, portanto, é usado exclusivamente como fonte de dados para determinação da competência, sendo esta tomada como objeto primário de sua investigação. De acordo com Chomsky (1994:15), embora os nossos sistemas cognitivos reflitam, de algum modo, a nossa experiência no mundo, uma análise cuidadosa das propriedades desses sistemas, por um lado, e da experiência que leva à sua formação, por outro, mostra que “existe entre ambos uma lacuna considerável – na realidade, um abismo”. Na perspectiva gerativista, caberia ao analista determinar “o equipamento inato que serve para preencher a lacuna entre experiência e conhecimento atingido”.

A tese de que a linguagem humana é uma faculdade inata, uma espécie de “órgão mental”, foi encontrando evidências cada vez mais significativas. Especialistas do mundo inteiro, ao estudarem a linguagem de crianças até os três anos de idade, em diferentes línguas, sob situações diversas de aprendizado, relatam as mesmas regularidades anunciadas por Chomsky. Além disso, pesquisas de áreas correlatas sobre lesões no cérebro reforçaram estas constatações. A chamada revolução das Ciências Cognitivas se deve, dentre outras coisas, ao deslocamento da Linguística para a área das ciências naturais. De acordo com Chomsky, o aspecto relevante da linguagem é o procedimento recursivo (gerativo), que se sustenta numa gramática universal inata. A Linguística seria, então, uma ciência da mente-cérebro, mais próxima da Neurociência, da Biologia e da Física, do que da gramática estrutural, tradicional ou da Sociologia.

Em diferentes momentos na obra de Chomsky, o autor tem ratificado o seu compromisso de oferecer uma explicação para o funcionamento de diferentes módulos cognitivos a partir daquele que ele compreende como sendo o responsável pela *faculdade da linguagem*, e esclarece:

Por que estudar a linguagem? Há muitas respostas possíveis e, ao focalizar algumas delas, não pretendo, é claro, depreciar outras ou questionar sua legitimidade. Algumas pessoas, por exemplo, podem simplesmente achar os elementos da linguagem fascinantes em si mesmos e querer descobrir sua ordem e combinação; sua origem na história ou no indivíduo, ou os modos de utilização no pensamento, na ciência ou na arte, ou no intercurso social normal. Uma das razões para estudar a linguagem – e para mim, pessoalmente, a mais premente delas – é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um “espelho da alma”, como diz a expressão tradicional. Com isto não quero apenas dizer que os conceitos expressados e as distinções desenvolvidas no uso normal da linguagem nos revelam os modelos do pensamento e o universo do “senso comum” construídos pela mente humana. Mais instigante ainda, pelo menos para mim, é a possibilidade de descobrir, através do estudo da linguagem, princípios abstratos que governam sua estrutura e uso, princípios que são universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico, e que decorrem de características mentais da espécie (CHOMSKY, 1980:9).

Trabalhando com o pressuposto de que a linguagem é um sistema de conhecimentos interiorizado na mente humana, Chomsky várias vezes demonstrou sua não filiação ao que ele considera como sendo uma extrema dificuldade do pensamento científico e humanista ocidental em assumir que os produtos do pensamento (entre os quais a linguagem) possam ser estabelecidos pela natureza biológica dos seres vivos, assim como acontece com as estruturas anatômicas. Para Chomsky (1988), a investigação acerca do fenômeno da linguagem deve estabelecer, como principais metas, as respostas para as seguintes questões: a) *Qual é o conteúdo do sistema de conhecimento do falante de uma determinada língua?* O que é que existe na mente desse falante que lhe permite falar/compreender expressões e ter intuições de natureza fonológica, sintática e semântica sobre a sua língua?; b) *Como é que esse sistema de conhecimentos se desenvolve na mente do falante?* Que tipo de conhecimento é necessário pressupor que a criança traz *a priori* para o processo de aquisição de uma língua particular para explicar o desenvolvimento dessa língua na sua mente?; c) *Como é que o sistema de conhecimentos adquirido é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas?* e d) *Quais são os sistemas físicos no cérebro do falante que servem de base ao sistema de conhecimentos lingüísticos?*

A investigação em torno dessas questões se dá a partir da concepção de que a gramática interiorizada consiste de um dicionário mental das formas da língua e de um sistema de princípios e regras atuando computacionalmente sobre essas formas, ou seja, construindo representações mentais constituídas por combinações categorizadas das formas lingüísticas. A gramática determinaria o modo como essas representações se articulam com outros sistemas conceptuais da mente humana ou com o sistema neuromuscular que determina a pronúncia das expressões.

De acordo com Croft & Cruse (2004), em termos gerais, a segunda etapa da revolução cognitiva desenvolve-se a partir de três importantes pressupostos básicos:

- a) *As faculdades cognitivas não são separadas*: ao contrário do que postula o paradigma chomskyano, a linguagem não constitui um módulo inato, separado de outras capacidades cognitivas do ser humano. Dessa forma, essa segunda etapa dos estudos cognitivistas se propõe a descrever processos cognitivos, sociointeracionais e culturais, simultaneamente. As representações do conhecimento lingüístico, nesse enfoque, são essencialmente do mesmo tipo de outros mecanismos conceptuais, amplamente investigados pela Psicologia, tais como categorização, conceptualização, organização gestáltica, mapeamento conceptual, analogia, esquematização, inferenciação, dentre outros, de fundamental importância para a emergência, estruturação e recuperação do conhecimento lingüístico;
- b) *A estrutura da gramática de um língua reflete diferentes processos de conceptualização*: de acordo com Langacker (1987), gramática é conceptualização. Para o autor, a gramática de uma língua é o reflexo de diferentes processos de conceptualização, uma vez que, até mesmo os padrões de combinação das diversas estruturas de uma dada língua são decorrentes de processos que se dão no nível do sistema conceptual humano. Tal afirmação sugere que a linguagem é simbólica em todos os seus aspectos, inclusive os morfossintáticos. Essa perspectiva simbólica da gramática possibilitou o desenvolvimento da Gramática Cognitiva (cf.: LANGACKER, 1987) e das chamadas Gramáticas de Construções, desenvolvidas, principalmente, por Lakoff (1987), Fillmore & Kay (1988), Croft (2001) e Goldberg (1995, 2006);
- c) O conhecimento lingüístico emerge e se estrutura a partir do uso da linguagem: de acordo com esse pressuposto, o conhecimento lingüístico emerge e se estrutura a partir do uso efetivo da língua em eventos comunicativos reais (*Usage Based Model*). Isto é, categorias e estruturas gramaticais são construídas a partir de processos cognitivos gerais que aplicamos às diversas situações de uso real da linguagem. .

Para muitos autores, essa nova perspectiva ganha força a partir da Teoria da Metáfora (LAKOFF & JOHNSON, 1980); da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987) e da Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994).

Lakoff e Johnson (1980) elaboraram uma teoria sobre o pensamento metafórico, a partir da qual estudaram a natureza dos sistemas conceptuais humanos (conceitos de tempo, causalidade, emoções, moral, política etc.). A ideia central é mostrar que a metáfora exerce função fundamental na organização do nosso sistema conceptual. A forma como realizamos esse processo depende da nossa experiência direta no mundo, através do nosso corpo<sup>1</sup>. Se, por um lado, é dessa forma que se estrutura a maior parte

---

<sup>1</sup> A “corporalidade” tem sido um dos caminhos explicativos seguidos por pesquisadores contemporâneos. De acordo com esse enfoque, as habilidades cognitivas e comunicacionais dos sujeitos são interpretadas como fenômenos resultantes de sua existência como sistemas físicos em contínua interação com seu ambiente humano e não-humano.

dos nossos conceitos, por outro, as metáforas que o ser humano usa para arquitetar seu sistema conceptual apresentariam uma sistematicidade interna (através das relações entre si) e determinariam a forma como percebemos e atuamos sobre o mundo.

Langacker (1987), por sua vez, desenvolveu as ideias centrais da Gramática Cognitiva em *Foundations of Cognitive Grammar*, que se tornaram importante ponto de referência para o emergente campo da Linguística Cognitiva. A gramática, nessa abordagem, trata as linguagens humanas como constituídas de unidades semânticas, unidades fonológicas e unidades simbólicas (pares convencionais de unidades fonológicas e semânticas). Assim como a Gramática de Construções (desenvolvida por sua aluna Adele Goldberg) e, ao contrário de outras teorias linguísticas, a Gramática Cognitiva estendeu a noção de unidades simbólicas às gramáticas das línguas. Além disso, o autor sustentou que as estruturas linguísticas são motivadas por processos cognitivos gerais. Ao formular sua teoria, ele fez uso extensivo dos princípios da *Gestalt* e mostrou analogias entre estruturas linguísticas e aspectos da percepção visual.

Já Fauconnier e Turner, baseados em *Women, fire and dangerous things* (LAKOFF, 1987), desenvolveram a Teoria da Mesclagem. Uma formulação inicial dessa teoria se encontra no artigo *Conceptual Integration and Formal Expression* (1995). A mesclagem conceptual é uma teoria geral da cognição que descreve a capacidade humana de imaginar identidades entre conceitos e integrá-los para criar e formar novos modelos de pensamento e ação. Desse modo, de acordo com a teoria, a mesclagem é um processo cognitivo que opera sobre dois espaços mentais<sup>2</sup> para obter um terceiro espaço.

Apesar da relevância desses estudos, a integração entre processos cognitivos e rotinas significativas da vida em sociedade permanece frágil. Nesse sentido, novas tendências buscam reconhecer o papel dos aspectos socioculturais na organização, estruturação e funcionamento dos sistemas conceptuais. Desse modo, abre-se um caminho que nos possibilita o diálogo entre as questões construídas pela epistemologia da corporeidade e aquelas provenientes de uma abordagem que poderíamos chamar de Antropologia cognitivo-cultural.

## **1. Por uma abordagem cognitivista de base sociocultural**

O diálogo entre a abordagem cognitivista contemporânea e a visão das ciências sociais nos permite compreender, por exemplo, que os processos de categorização, que nos possibilitam organizar discursivamente nossa experiência, constituem convenções e adaptações a uma realidade cultural e social. As atividades de construção de sentido, portanto, seriam mediadas pelas redes de conhecimento que se transformam em modelos mentais que são, simultaneamente, modelos culturais dos falantes. Assumimos, assim, uma perspectiva cognitivista da linguagem voltada, particularmente, para os diferentes processos de construção de sentido (compreendidos como processos de estruturação de sistemas conceptuais), por considerarmos a simbiótica relação entre as

---

<sup>2</sup> A contribuição do *Modelo dos Espaços Mentais* (FAUCONNIER, 1994) erige-se a partir da postulação de um modelo cognitivo de análise para os fenômenos de linguagem natural. De acordo com esse modelo, os *Espaços Mentais* (EM) – produzidos como funções da expressão linguística que os suscita e do contexto que os configura – são operadores do processamento cognitivo. Como domínios dinâmicos, os EM organizam-se enquanto pensamos e falamos e, por isso, são diferentes e novos a cada semiose.

estruturas linguístico-cognitivas e o papel que a experiência humana, vivenciada em contextos socioculturais específicos, desempenha nessa relação.

Segundo Vanim (2009), na mente, a linguagem se baseia "em processos cognitivos interacionais e culturais abrindo espaço para dimensões intersubjetivas", uma vez que "a mente opera de forma a abranger aspectos socioculturais na construção de significado para os fatos do mundo". Em favor de uma perspectiva cognitivista que considere os aspectos culturais no seu arcabouço teórico, Sperber & Hirschfeld (apud Vanim, 2009) apresentam duas razões principais: a) a existência de cultura é um efeito e uma manifestação de habilidades cognitivas; b) as sociedades humanas estruturam culturalmente cada aspecto da vida e, em particular, da atividade cognitiva. Os autores concluem que a cognição humana tem lugar em um contexto cultural e social, por usar instrumentos fornecidos pela cultura na qual está inserida, como palavras, conceitos e crenças.

Diante disso, julgamos relevante o desenvolvimento de uma teoria etnográfica da atividade mental concomitantemente a uma teoria cognitiva das representações socioculturais. Nossa pressuposição é a de que os modelos socioculturais, relativamente estabilizados pelas práticas discursivas, são uma parte integrante das atividades cognitivas e, ao mesmo tempo, são condicionados por tais atividades.

## **Conclusão**

Verificamos que as perspectivas cognitivistas elegeram, num primeiro momento, a valorização dos processos mentais como característica mais relevante de sua abordagem. No entanto, estudos recentes têm defendido uma proposta alicerçada nas acomodações mútuas entre linguagem, cognição e cultura, uma vez que a linguagem não comporta, em si própria, os vários sentidos que são atribuídos a um mesmo objeto e, além disso, o sujeito se apresenta como um ser interativo que se posiciona no mundo. Ele identifica um aspecto e elabora um significado para si próprio a partir da sua memória enciclopédica, isto é, da sua representação do cotidiano. Cumpre ressaltar, pois, que a linguagem se dá em relação com o meio social e cultural no processo de categorização do mundo. Segundo Marcuschi (2007), a experiência humana evidenciada nas atividades de categorização não é natural. Trata-se de uma ação coletiva de um trabalho histórico-social, de onde decorre a produção de cultura.

A noção de acomodações mútuas entre linguagem, cognição e cultura já era defendida por Langacker (1994), ao propor que níveis de conhecimento e desenvolvimento cultural não podem ocorrer sem a linguagem e um alto nível de desenvolvimento linguístico só pode ser obtido por meio da interação sociocultural, ou seja, o significado linguístico não pode ser isolado do conhecimento do mundo. Por esse motivo, o monitoramento dos usos linguísticos é fundamental e os processamentos (de conceptualização, de categorização, de interação, de experiências socioculturais) estão imbricados e se instituem nas práticas discursivas cotidianas.

Pensamos as práticas discursivas cotidianas como o espaço de negociação intersubjetiva no interior do qual ocorre o trabalho conjunto de construção de sentido. Esse trabalho, realizado a partir de inúmeras e complexas estratégias semiológicas, é responsável pela (re)configuração de modelos de mundo. Desse modo, as práticas discursivas produzem e manipulam representações simbólicas, implicando, ao mesmo tempo, a necessidade de os sujeitos se inserirem numa determinada moldura (*frame*) e, dentro dela, exercer um jogo de linguagem particular. A manipulação das formas

simbólicas, por meio das práticas discursivas, resulta na manipulação significativa de nossa própria percepção da realidade. E, uma vez reconhecendo que a condição humana é dependente do trabalho de simbolização, sem o qual sequer poderíamos falar de cultura, entendemos que são as práticas discursivas que tornam significativas nossas experiências.

Dessa forma, a linguagem passa a ser vista como um elemento que não pode ser ignorado quando nos propomos a pensar os mais diversos aspectos da realidade, e isso se dá devido a nossa condição de seres dependentes da cultura e, portanto, simbólicos. Uma vez que a existência humana somente se efetiva na cultura – isto é, a partir do trabalho social e intersubjetivo da vida em grupo e de sua rede de instituições e simbolismos consequentes –, resulta que nossas estruturas de conhecimento, que guiam nossas percepções, são, em grande medida, reguladas por uma contínua interação entre práticas culturais, esquemas cognitivos e linguagem. Assim, as ideias que construímos da realidade não são por nós produzidas “livremente”, conforme uma vontade independente, pessoal e racional, mas sob a influência de uma práxis intersubjetiva que fabrica estereótipos culturais que, por sua vez, são garantidos e reforçados através da atividade discursiva. Não há discurso no vazio. Os sistemas de representação construídos discursivamente regulam as estruturas mentais e perceptivas dos sujeitos e, ao mesmo tempo, são regulados por elas, organizando espaços sociais e articulando significados coletivos. Por tudo isso, entendemos que o fenômeno linguístico é absolutamente imbricado com o contexto sociocultural em que ocorre e, simultaneamente, que o contexto em que uma ação discursiva se realiza não é independente da memória conversacional dos sujeitos, das estruturas conceptuais disponibilizadas no presente, constituídas, inclusive, por suas emoções.

## Referências

- CHOMSKY, N. *O conhecimento da língua. Sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho. Coleção universitária - Série Lingüística, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Language and problems of knowledge: the Managua lectures*. Cambridge: The MIT Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W. & D. Alan Cruse. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces. Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FAUCONNIER, G. & TURNER, M. Conceptual Integration and Formal Expression. In JOHNSON, M. (ed.), *Journal of Metaphor and Symbolic Activity*, volume 10, number 3, 1995.
- FILLMORE. C., Kay, P. & O'Connor, M.C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: the case of 'let alone'. *Language* 63(3).1988. p. 501-38.
- FRANCHI, C. *Linguagem: atividade constitutiva*. Cadernos de estudos lingüísticos. Campinas, IEL, n. 22, p. 9-39, 1992.
- GOLDBERG. A. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: Chicago University Press. 1995.

- GOLDBERG, A. *Constructions at Work: The Nature of Generalization*. In *Language*. Oxford University Press, 2006
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. The University of Chicago, Chicago, 1980
- LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. *Foundations to Cognitive Grammar*. v.1. California: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. Culture, cognition, and grammar. In: PÜTZ, Martin (ed.). *Language Contact and Language Conflict*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona, Gedisa, 1995.
- MARCUSCHI, L. A. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- NESSIER, U. *Cognition and reality: principles and implications of cognitive psychology*. WH Freeman, 1976
- SILVA, A. S. da. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In: SILVA, A. S. da; TORRES, A. e GONÇALVES, M.. *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004.
- VANIN, A. *Língua, cognição e cultura: uma relação indissociável*. Porto Alegre: Revista Letrônica, vol. 2, n. 1, 2009. p. 42 - 59.